



Termo de Referência

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG
104728

Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e com o Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

SEÇÃO 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Dados do Processo	Número do Processo Administrativo no Sei 202400005008228
1.2. Adequação Orçamentária	A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023.

SEÇÃO 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição resumida do objeto	Prestação de Serviços - Processo licitatório na modalidade de Registro de Preço (SRP) para Contratação de Empresa Especializada em serviços de preparo e fornecimento de refeições (café da manhã, coffee break, almoço, lanche, jantar), água mineral e gelo.
--	--

2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços	Prestação de Serviços de forma parcelada, sob demanda, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável).
2.3. Natureza da execução do objeto	Prestação de Serviços: não continuada
2.4. Característica do objeto	Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.5. Instrumento Contratual	A presente contratação será formalizada por meio de [instrumentoContratual].
2.6. Prazo de vigência contratual	O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente a partir da assinatura ou retirada de [instrumentoContratual], nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. Considerando que o objeto contratado é de natureza não continuada, a vigência do contrato é não prorrogável nos termos da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021. A minuta de [instrumentoContratual] oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

SEÇÃO 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Lote 01 - Fornecimento de alimentação, água mineral e gelo			
Descrição do item 001			
Código 150 - Serviços de Refeição, almoço e jantar, com bebidas não alcoólicas.			
Informações Adicionais			
Fornecimento de Almoço /Jantar			
Período (Meses)	12 meses		
Quantidade	137600		
Unidade	unidade		
Participação	Ampla Participação		
Local de Entrega	Conforme Ordem de Fornecimento		
Diferença Mínima	R\$ 1,00		
Valor Unitário	R\$ 38,60		
Valor Total	R\$ 5.311.360,00		

Lote 01 - Fornecimento de alimentação, água mineral e gelo			
Descrição do item 002			
Código 150 - Serviços de Refeição, café da manhã e/ou coffe break: com café, leite, achocolatado, dois tipos de suco de frutas, dois tipos de refrigerantes, até oito tipos de pães, patês, salgados, biscoitos e bolos variados.			
Período (Meses)	12 meses		

Quantidade	164740		
Unidade	unidade		
Participação	Ampla Participação		
Local de Entrega	Conforme Ordem de Fornecimento		
Diferença Mínima	R\$ 1,00		
Valor Unitário	R\$ 23,67		
Valor Total	R\$ 3.899.395,80		

Lote 01 - Fornecimento de alimentação, água mineral e gelo			
Descrição do item 003			
Código 150 - Serviços de Refeição, lanche.			
Informações Adicionais			
Lanche kit individual, embalado individualmente em saco plástico, contendo: 01 guardanapo, suco de frutas (sabores: uva ou caju) ou achocolatado 200ml (1 unidade), sanduíche contendo pão francês, mínimo de 50 grs, recheado de presunto ou apresentado e muçarela (2 unidades), 01 unidade de fruta (maça ou banana).			
Período (Meses)	12 meses		
Quantidade	16000		
Unidade	unidade		
Participação	Ampla Participação		
Local de Entrega	Conforme Ordem de Fornecimento		
Diferença Mínima	R\$ 1,00		
Valor Unitário	R\$ 15,99		
Valor Total	R\$ 255.840,00		

Lote 01 - Fornecimento de alimentação, água mineral e gelo			
Descrição do item 004			
Código 753 - Gelo, em barra.			
Informações Adicionais			
Gelo, em barra, 10 kg. O gelo deverá ser produzido com água filtrada, próprio para consumo humano, isento de sujidades, cor próprio, apresentação em barra de 10kg, devendo atender as exigências de higiene estabelecidas pelo Ministério da Saúde de acordo com a Norma Técnica nº 1/2009, no que couber.			
Período (Meses)	12 meses		
Quantidade	1200		
Unidade	Barra		
Participação	Ampla Participação		
Local de Entrega	Conforme Ordem de Fornecimento		
Diferença Mínima	R\$ 1,00		

Valor Unitário	R\$ 14,02		
Valor Total	R\$ 16.824,00		

Lote 01 - Fornecimento de alimentação, água mineral e gelo			
Descrição do item 005			
Código 10 - Água Mineral, sem gás, com volume entre 500 e 600 mL.			
Informações Adicionais			
A água deverá estar acondicionada em embalagem PET de 500ml, tampa com rosca, sem gás; que atenda as exigências, contidas Norma Técnica nº 1/2009, exarada pelo Ministério da Saúde;			
Período (Meses)	12 meses		
Quantidade	40000		
Unidade	garrafa		
Participação	Ampla Participação		
Local de Entrega	Conforme Ordem de Fornecimento		
Diferença Mínima	R\$ 1,00		
Valor Unitário	R\$ 3,64		
Valor Total	R\$ 145.600,00		

VALOR LOTE 01: R\$ 9.629.019,80

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso R\$ 9.629.019,80 (Nove milhões, seiscientos e vinte e nove mil e dezenove reais e oitenta centavos).

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto Estadual nº 9.900 de julho de 2021 e e Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

3.4. Serão utilizadas as seguintes fontes orçamentárias como fonte de recurso para a contratação:

Fonte Lei Pelé: 17490132 - OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS - LEI PELÉ;

Fonte Fundo Protege: 17610156 - RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA - OUTROS RECURSOS DO PROTEGE;

Fonte Tesouro: 15000100 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - RECEITAS ORDINÁRIAS;

3.5. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

SEÇÃO 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Processo licitatório na modalidade de Registro de Preço (SRP) para para futura e eventual contratação de Empresa Especializada em serviços de preparo e fornecimento de refeições (café da manhã, coffee break,

almoço, lanche, jantar), água mineral e gelo.

As refeições, café da manhã, coffee break, lanche (kit), almoço e jantar, serão preparados e fornecidos de acordo com a prévia requisição do gestor do contrato indicado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL até 72 horas antes do início do evento esportivo.

Conforme necessidade poderá ocorrer dois ou mais eventos esportivos no mesmo final de semana e/ou alteração de alguma cidade, substituída por outra na mesma região, a critério da Contratante. Desta forma, a Contratada deverá ter condições para a montagem de estruturas de produção e fornecimento de alimentação durante o mesmo final de semana.

As Refeições serão servidas em refeitório que deverá ser montado, em cada um dos locais de evento pela empresa vencedora ou em outro local destinado a esse fim, mediante aprovação do gestor do contrato;

No refeitório deverá haver um espaço reservado, destinado para alimentação da equipe de arbitragem e equipe de trabalho da SEEL;

As refeições deverão ser acondicionadas em balcões térmicos e/ou aquecedores;

Todos os utensílios necessários na produção, e no serviço de fornecimento da alimentação, serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, inclusive mesas e cadeiras, ficando vedado o uso de pratos e talheres plásticos para o fornecimento das refeições.

O leite e o café deverão ser acondicionados em garrafas térmicas com torneira; os sucos em fresqueiras. Todos acondicionados em locais apropriados de fácil manuseio para os atletas, sem vasilhame aberto e conchas.

Será informado na ordem de fornecimento o quantitativo de refeições a serem servidas por período, o local do refeitório e evento, bem como o tipo de refeições a serem servidas e o horário em que será servido as refeições.

A contratada deverá apresentar um cardápio a ser aprovado pelo gestor do contrato, designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL. Devendo ser balanceado e obrigatoriamente elaborado por um nutricionista que deverá assiná-los, se responsabilizando pela qualidade nutricional oferecida.

A Contratada não poderá alterar o cardápio previamente aprovado, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito e mediante solicitação prévia ao Contratante que irá avaliar e, desde que não haja impacto no preço, nas características, na qualidade e na pontualidade do fornecimento, podendo, a seu critério, autorizar a alteração solicitada;

O cardápio de almoço e jantar deverá conter no mínimo: Arroz, Arroz integral, Feijão, 01 tipo de Massa, Salada com no mínimo 04 tipos/variedades de legumes, 02 tipos de carne de primeira (sendo 01 branca e 01 vermelha, não repetidos os tipos de carne durante uma mesma etapa), 01 tipo de sobremesa, 02 variedades de frutas, acompanhado de refrigerante de primeira qualidade, suco de polpa de fruta ou natural e água;

O café da manhã e coffee break deverá ter no mínimo: pão, presunto, queijo, ovos, 02 tipos/variedades de quitandas, 02 variedades de frutas, café com e sem açúcar, leite, achocolatado, suco de polpa de fruta ou natural e água.

O lanche deverá ser fornecido em kit individual, embalado individualmente em saco plástico, contendo: 01 guardanapo, suco de frutas (sabores: uva ou caju) ou achocolatado 200ml (1 unidade), 02 unidades de sanduíche contendo pão francês, mínimo de 50 grs, recheado de presunto ou apresentado e muçarela, 01 unidade de fruta (maça ou banana).

A água deverá estar refrigerada e acondicionada em embalagem PET de 500ml, tampa com rosca, sem gás; que atenda as exigências, contidas Norma Técnica nº 1/2009, exarada pelo Ministério da Saúde;

O gelo deverá ser produzido com água filtrada, próprio para consumo humano, isento de sujidades, cor próprio, apresentação em embalagem plástica e em barra de 10kg, devendo atender as exigências de higiene estabelecidas pelo Ministério da Saúde de acordo com a Norma Técnica nº 1/2009, no que couber.

A Contratada deverá manter controle de qualidade e absoluta higiene no preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos, bebidas e demais itens, adotando os procedimentos da Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

Todo o preparo e fornecimento das refeições deverão atender os protocolos de higiene e sanitários vigentes.

Esclarecemos que uma única empresa deverá ser contratada para preparar e fornecer a alimentação (café da manhã, coffee break, kit lanche, almoço e jantar), água mineral e gelo, pois a contratação de empresas distintas por certo criaria embaraços na logística do evento, em especial nos ajustes de montagem, desmontagem e armazenamento das refeições e bebidas, já que elas obedecem a horários precisos. Registre-se que o atraso de uma das empresas implicaria no atraso da outra, além, da própria organização no preparo, padronização da rotina, trânsito dos empregados etc. Por certo, o fracionamento dessa contratação em lotes tornaria o objeto mais oneroso para a Administração, visto que perderíamos o ganho de escala, quanto mais seja o número de refeições contratadas, além de uma maior dificuldade para a gestão do contrato.

SEÇÃO 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação de Prestação de Serviços - Processo licitatório na modalidade de Registro de Preço (SRP) para Contratação de Empresa Especializada em serviços de preparo e fornecimento de refeições (café da manhã, coffee break, almoço, lanche, jantar), água mineral e gelo. está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

5.2. Em síntese, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade de fornecimento de alimentação, água mineral e gelo nos diversos eventos realizados em todas as cidades do Estado de Goiás, com organização da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL). Atendendo ao que preceitua a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo nº 217, a Lei Federal nº 9.615, em seu artigo 2º, incisos III e IV e a Lei Estadual nº. 12.820, as quais preconizam que é dever do Estado fomentar práticas esportivas, incentivar a iniciação esportiva, o lazer, o desporto de rendimento e de participação, entre outras indicações relativas ao esporte; A SEEL realizará durante o ano vários eventos esportivos, como por exemplo o Jogos Abertos de Goiás, Copa Quilombola, Copa Construindo Campeões, que agregam atletas de todo Estado de Goiás para as competições e o fornecimento de alimentação se faz necessário devido o cronograma das provas disputadas que dificulta o deslocamento do atleta para fora do local de evento em busca de alimentação; além disso a maior parte das delegações necessitam de auxílio financeiro para a participação nas diversas competições e não conseguem arcar com o custo de alimentação dos atletas. O fornecimento de água e gelo para a equipe de trabalho é imprescindível, bem como para atletas que participarão de determinadas modalidades esportivas. Os eventos serão realizados em diversas cidades do Estado de Goiás, que por diversas vezes não possuem estrutura de fornecimento de alimentação, água mineral e gelo que comporte a quantidade necessária para a demanda de fornecimento. A realização de eventos esportivos, é uma das atividades prioritárias do Governo de Goiás e da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, buscando promover a inclusão e integração entre atletas de todo estado oportunizando o lazer, compartilhamento de experiências entre atletas, e possibilitando aos atletas oportunidade de testar seus limites e se superarem; além da disseminação da cultura esportiva nos municípios.

SEÇÃO 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

Garantia da contratação

6.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os incisos I, II e III, do §1º, do art. 96 e art. 98 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

"Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Parágrafo único. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos no caput deste artigo."

6.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

SEÇÃO 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

Prazo de entrega ou prestação de serviço:

7.1. Tendo em vista a necessidade de fornecimento dos serviços contratados, a entrega será prestada de forma de forma parcelada, sob demanda, conforme o tipo e quantitativo de refeições descritos na Ordem de Serviço e/ou Fornecimento.

7.1.1. Após a emissão da Ordem de Serviço ou Fornecimento, o prazo para a prestação do serviço contratado é de 3 (três) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.2. Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.2. O objeto contratado deverá ser prestado no endereço apresentado na Ordem de Fornecimento que será emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do contrato, conforme a necessidade de cada evento, sempre após requisição da SEEL.

Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

7.3. Os produtos a serem entregues deverão ser acondicionados em embalagem apropriada, de forma segura, com as respectivas data de validade, caso necessário e deverão atender os protocolos de higiene e

sanitários vigentes.

7.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.6. A SEEL executará a gestão e/ou fiscalização na entrega, através de servidor designado, em conformidade com este Termo de Referência, e registrando todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

7.7. Todo o serviço será submetido a apreciação para verificação se o mesmo está conforme este Termo de Referência, sendo assim, se for notada qualquer divergência do produto entregue ao produto solicitado poderá ser rejeitado, e notificada a empresa para que seja resolvida a falha.

7.8. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar aparência duvidosa, cheiro incomum ou qualquer outra inconsistência do produto descrito neste Termo.

7.9. A empresa deverá deixar um responsável no refeitório para o controle da entrada das pessoas (equipe de trabalho e atletas) que fruirão os serviços de alimentação, juntamente com um responsável da organização do evento

SEÇÃO 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Responsabilidade do Fornecedor

8.1. Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedora para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

8.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

8.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

8.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

8.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

8.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

8.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

8.12. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo para correção de defeitos

9.1. Os serviços prestados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 horas, a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Atesto da execução do objeto

9.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de atesto da execução do objeto, na forma desta seção, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 9.561 de novembro de 2019.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.5. O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

9.6. A Nota Fiscal ou Fatura ainda deverá ser acompanhada pelos seguintes documentos:

9.6.1. Comprovante de Situação Cadastral - CNPJ;

9.6.2. Certidão de regularidade fiscal (CND)Municipal e Estadual;

9.6.3. Certidão do FGTS – Caixa Econômica Federal;

9.6.4. Certidão do INSS – Previdência Social;

9.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.6.6. Certidão Negativa da Receita Federal;

9.6.7. Ordem de Fornecimento ou Serviço.

9.7. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR.

9.7.1. O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

9.8. A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado ? CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes ? CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.8.1. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado ? CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.8.2. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o Cadastro de Inadimplentes ? CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.8.3. Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

9.8.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

9.8.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

9.8.6. Havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.9. O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a Nota Fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

9.10. O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira ? SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

9.11. Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.11.1. o prazo de validade e a data da emissão;

9.11.2. os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;

9.11.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.11.4. o valor a pagar; e

9.11.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Prazo de Pagamento

9.12. O pagamento será realizado de forma Pontualmente, de acordo com a frequência de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento, no valor proporcional aos quantitativos demandados e efetivamente executados no período.

9.13. O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos desta seção, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto Estadual nº 9.561 de novembro de 2019.

9.14. A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor.

9.15.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.16. Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ? FGTS não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, e a unidade contratante pode reter parte do montante devido ao Fornecedor, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.17.1. A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

9.18. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

9.19. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Do reajuste do contrato

9.20. Os preços serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

SEÇÃO 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Critério de Julgamento	Menor Preço
10.2. Forma de adjudicação	Por Lote
10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio	É não é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio
10.4. Prazo de validade das propostas	60 dias

10.5. Justificativa para divisão por lotes:

A divisão de lotes deste processo licitatório justifica-se por grupos com mesmas características, garantindo assim a melhor concorrência no certame.

Esclarecemos que uma única empresa deverá ser contratada para preparar e fornecer a alimentação (café da manhã, coffee break, kit lanche, almoço e jantar), água mineral e gelo, pois a contratação de empresas distintas por certo criaria embaraços na logística do evento, em especial nos ajustes de montagem, desmontagem e armazenamento das refeições e bebidas, já que elas obedecem a horários precisos. Registre-se que o atraso de uma das empresas implicaria no atraso da outra, além, da própria organização no preparo, padronização da rotina, trânsito dos empregados etc. Por certo, o fracionamento dessa contratação em lotes tornaria o objeto mais oneroso para a Administração, visto que perderíamos o ganho de escala, quanto mais seja o número de refeições contratadas, além de uma maior dificuldade para a gestão do contrato.

10.6. Justificativa para não participação de empresas reunidas em consórcio:

Não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Estado, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

Exigências de habilitação

10.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

Qualificação técnica mínima exigida

10.8. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o Fornecedor já forneceu equipamento compatível com o licitado ou prestou serviço, de forma satisfatória. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome e assinatura do responsável.

10.9. A título de comprovação da qualificação técnica, o Fornecedor deve comprovar ainda:

A empresa vencedora deverá apresentar pelo menos 01 Atestado para a Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividade nas áreas de Alimentação e Nutrição, registrado pelo Conselho Regional de Nutricionistas, conforme Resolução CFN nº 510/2012, que comprove a execução de serviços com características iguais ou semelhantes aquelas solicitadas neste Termo de Referência. Deverá apresentar declaração de disponibilidade de Profissional Nutricionista, que será o responsável técnico pelos serviços executados (Lei Ordinária nº. 2195, de 30 de novembro de 2009).

10.9.1. Não havendo o profissional em contrato permanente, a licitante interessada em participar, apresentará DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO FUTURA DO PROFISSIONAL, onde se compromete a contratar NUTRICIONISTA no ato da assinatura do contrato.

Seção 011 - DA OBRIGATORIEDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

11.1. Lei Federal nº 14.133/2021, art. 25, § 4º, preceitua que nas contratações de grande vulto (R\$ 239.624.058,14, atualizado pelo Decreto Federal nº 11.871/2023) o edital deve prever a obrigatoriedade de implementação de Programa de Integridade pela Contratada no prazo de 6 (seis) meses contados da celebração do contrato, conforme regulamento.

11.2. Na forma do art. 23, inc. I, alínea "c" e inc. II, alínea "c" da LGL, com valores atualizados pelo art. 1º Decreto Federal nº 9.412/2018, a condicionante sob enfoque é exigível para obras e serviços de engenharia com valor acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) e para compras e demais serviços em montante superior a R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

11.3. Assim, o valor estimado da contratação, qual seja: **R\$ 9.629.019,80 (Nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil e dezenove reais e oitenta centavos)** e o prazo de vigência estipulado (12 meses), deve ser providenciada a implementação do programa para esse contrato

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Responsável	Função	Telefone	Email
TESSALIA CRISTINA RIBEIRO NOVATO LETTRY	Integrante Técnico	62 32016080	tessanovato@gmail.com
RENATA CARVALHO PERES BILEGO BELLO	Integrante Requisitante	62 32019258	renata.bello@goias.gov.br
LUIS GUSTAVO DE ARAUJO FERREIRA	Integrante Técnico	62 32016080	gerenciadeeventosseel@gmail.com
TESSALIA CRISTINA RIBEIRO NOVATO LETTRY	Integrante Requisitante	62 32016080	tessanovato@gmail.com
LUIS GUSTAVO DE ARAUJO FERREIRA	Integrante Requisitante	62 32016080	gerenciadeeventosseel@gmail.com

Versão do Doc. Padrão
0.03

GOIANIA - GO, aos 12 dias do mês de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **TESSALIA CRISTINA RIBEIRO NOVATO LETTRY, Analista**, em 12/06/2024, às 16:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO DE ARAUJO FERREIRA, Gerente**, em 12/06/2024, às 17:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CARVALHO PERES BILEGO BELLO, Superintendente**, em 13/06/2024, às 10:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **61289750** e o código CRC **4D935A13**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO - GOIANIA -
GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202400005008228



SEI 61289750